



## Prefeitura do Município de Três Pontas - MG "TERRA DO PADRE VICTOR"

### LEI Nº 3.551, DE 08 DE JULHO DE 2014

**Dispõe sobre a autorização legislativa para locação de imóvel industrial e posterior concessão de uso à empresa estabelecida no Município de Três Pontas, a título de incentivo à expansão industrial e comercial.**

O Povo de Três Pontas - MG, por seus representantes na Câmara Municipal aprovou, e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar contrato de locação de imóvel industrial, sob as normas da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o referido imóvel esteja devidamente regularizado perante a Fazenda Pública Municipal e devidamente averbado junto ao Serviço Registral Imobiliário da Comarca de Três Pontas.

§1º O imóvel de que trata o *caput* deste artigo deverá ter, no mínimo, 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), bem como estar situado no perímetro urbano do Município.

§2º O prazo de locação de que trata o *caput* deste artigo não poderá exceder a 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do contrato, sendo que o valor a ser pago a título de locação não poderá exceder à R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) durante todo o período locatício.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado, na sequência, a conceder o uso, mediante procedimento oriundo da Lei Federal nº 8.666/93, à sociedade empresária devidamente constituída, em pleno funcionamento no Município de Três Pontas, a título de incentivo à expansão industrial e comercial, desde que seja julgada devidamente habilitada em certame licitatório e que cumpra os encargos descritos nos art. 3º desta Lei.

Art. 3º A sociedade empresária que vier a ser beneficiada com a concessão de uso de que trata o art. 2º desta Lei, deverá cumprir os seguintes encargos e restrições:

I – gerar, além dos empregos diretos que já oferece mais 08 (oito), sendo 04 (quatro) no primeiro ano e 04 (quatro) no segundo ano, cujo termo inicial é a data da efetiva concessão do uso de que trata esta Lei;

II – desenvolver, ininterruptamente, suas atividades industriais e comerciais;

III – não desviar a destinação do uso objeto da concessão referida no artigo 2º desta Lei;

IV – licenciar todos os veículos, independentemente do porte, no Município de Três Pontas;

V – aumentar seu faturamento bruto anual em, no mínimo, 10% (dez por cento) em prazo não superior a 12 (doze) meses a contar da publicação desta Lei, faturando toda a sua produção e comercialização através da empresa beneficiária e/ou coligadas, desde que todas tenham sede no âmbito do Município de Três Pontas.

§1º A empresa beneficiária não poderá transferir, a qualquer título, o imóvel, objeto da presente concessão de uso.



## **Prefeitura do Município de Três Pontas - MG** **“TERRA DO PADRE VICTOR”**

§2º Durante o prazo de que trata o §2º do art. 1º, a sociedade empresária que receber o imóvel em concessão de uso deverá comprovar o cumprimento de todos os encargos e restrições previstas nos incisos deste artigo, sob pena de rescisão unilateral do contrato de concessão de uso e reintegração na posse do imóvel pelo Município, cominado com o pagamento de multa pecuniária a Fazenda Pública Municipal, a ser calculada pelo número de meses em que a empresa beneficiária usufruiu do imóvel, tendo como base de cálculo o valor locatício pago pelo Município, devidamente atualizado

§3º A realização de eventuais benfeitorias no imóvel objeto da concessão de uso, desde que necessárias, deverão ser previamente comunicadas a Fazenda Pública Municipal, para que sejam eventualmente autorizadas.

§4º O Município de Três Pontas não indenizará a empresa beneficiária por quaisquer benfeitorias realizadas, independentemente se houver a rescisão do contrato de concessão de uso pelo não cumprimento dos encargos e/ou ocorrendo o termo final do contrato de concessão de uso.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 5º O inteiro teor desta Lei será anexado no procedimento da licitação de que trata esta Lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Três Pontas - MG, 08 de julho de 2014.

**PAULO LUIS RABELLO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**LEINER MARCHETTI PEREIRA**  
**PROCURADOR-GERAL**

**SÓCRATES VICTOR RABELLO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**